

AGORA SARNEY SE EXPLICA

O presidente Sarney afirmou ontem a um empresário, em encontro no Palácio do Planalto, que, embora o governo admita ter errado ao falar em congelamento de preços, entende "que isso não justifica a "atitude irresponsável" de alguns empresários especuladores, que "vêm tomando posição contra os interesses do povo brasileiro".

Segundo o informante, Sarney ressaltou ainda que "lamenta profundamente que alguns empresários não estejam à altura de um país como o Brasil". Já o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, destacou que Sarney, com as posições que está assumindo contra os "abusos e as remarcações de preços criminosas", está atendendo a um apelo, neste sentido, feito pelos próprios empresários, principalmente aqueles ligados à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). O presidente lembrou ontem ao seu porta-voz a frase do empresário Jorge Simeira Jacob, que viveu no encontro com as lideranças do setor, em Itatiba, SP, em 21 de março: "Presidente, nós precisamos de uma legislação dura para coibir os abusos na área de preços, que, como, bem o sabemos, alguns empresários não são anjinhos".

A frase foi somente um único empresário, segundo Frota Neto, que chegou a insistir neste assunto. Palavras como "sanções graves", "leis duras" e "pulso firme" na coibição dos abusos foram insistentemente repetidas naquela reunião entre o presidente e os empresários, realizada na Fazenda Haras Rosado Sul, do empresário Mathias Machuca.

Segundo o porta-voz, o crime contra a economia popular, praticado hoje em larga escala no meio empresarial, não agride somente as fatias mais desprotegidas da população, aquelas com menor nível de renda. Atinge todos e atinge, essencialmente, a própria democracia que se quer reconstruir no País.

Orgia de preços

Sarney, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto, vem acompanhando com bastante cuidado, nos últimos dois meses, o comportamento dos preços. As informações sobre "o comportamento irresponsável" de alguns empresários que insistem em "verdadeira orgia de preços e de descontos para fugir a um congelamento" têm chegado ao presidente da República através de diferentes canais.

Em primeiro lugar — afirma-se no Palácio do Planalto —, o presidente vem acompanhando o assunto pela Imprensa. Em segundo lugar, pelo Ministério do Planejamento, que tem encaminhado ao Palácio todos os índices de preços elaborados pela Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em terceiro lugar, pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), que tem apontado ao presidente a ocorrência de fraudes praticadas hoje com regularidade no comércio; e, por último, até mesmo por membros da sua própria família, que também se vem queixando ao presidente da volta do "descontismo" e de remarcação de preços.

Sarney revelou ontem a um empresário que a situação chegou a tal descabro, que um neto seu comprou esta semana brigadeiros (doces de chocolate) com desconto de 80%. Isto — observou o presidente ao empresário — mostra que os preços estão sendo praticados a níveis estonteantes, como mostram os descontos concedidos, na certeza de que, deste modo, pode-se ficar imune a um congelamento? O que muitos empresários estão querendo, portanto, é tomar posição contrária aos interesses da população e contrária ao País, que atravessa um momento de crise — teria dito Sarney.

Segundo o porta-voz Frota Neto, o presidente espera contar com o apoio dos empresários nesta hora delicada vivida pelo País, e gradua sua posição de sustentar o processo de desenvolvimento num tripé econômico formado pela empresa privada nacional, pela empresa multinacional, e pelo governo.

Um risco: volta o ágio.

A ideia do governo de limitar em 80% da variação da OTN o repasse dos custos para os preços finais dos produtos, como forma de conter a aceleração inflacionária, foi considerada "artificial, perigosa e acessória" por empresários e economistas do Rio. Para o presidente da Dov Indústria e Comércio, Dov Kamenetz, do setor de plásticos, a ideia não vai dar certo, "porque ninguém vai querer perder dinheiro" e o risco maior será "a volta do ágio e do mercado paralelo".

O presidente da Federação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas (Flupeme), Antônio Guarino, disse que o governo não tem condições de colocar em prática nenhuma sistema de controle de preços, porque não dispõe de instrumentos necessários à sua execução, como se verificou quando do congelamento determinado pelo Plano Cruzado.

Segundo Guarino, "o governo se desmoraliza toda vez que lança um desafio desse tipo à sociedade, pois, para controlar preços contra com órgãos como o Conselho Interministerial de Preços (CIP) e a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Sea), são altamente viciados e incompetentes, com funcionários pessimamente remunerados".

O presidente da Flupeme disse que qualquer sistema de controle de preços só terá efeito positivo quando houver redistribuição de poderes entre as unidades da Federação. Na sua opinião, "o governo federal precisa ser urgentemente esvaziado para dar aos Estados e municípios as tarefas de controle e fiscalização, em condições mais diretas com a comunidade".

Para o diretor do Centro de Estudos Econômicos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), João Luís Mascolo, a ideia de limitar em 80% da variação da OTN o repasse aos preços finais é "mais uma demonstração de que a discussão da política econômica está no eixo errado". Segundo ele, a discussão está em torno de "medidas acessórias de combate à inflação". Quando deveria ser concentrada na necessidade de políticas monetárias e fiscais restritivas e política cambial realista.

Na opinião de Mascolo, a principal medida que deveria ser tomada pelo governo é o corte dos gastos públicos, que levaria a menor necessidade de colocação de títulos no mercado de emissão de moeda para financiar o déficit.

Quem não aumentar os preços em uma inflação de 20% ao mês — ressaltou Valente — é que poderia ser tachado de incompetente. Será que o presidente quer que os empresários paguem juros acima de 50% ao mês e não reajustem os preços das mercadorias que vendem? O combustível aumenta e o empresário é que é incompetente? Ou aumentar os preços dos produtos? Não há redução de gastos públicos, as mordidas continuam, o empreguismo também, a impunidade é a tônica e o empresário é que é incompetente?", indagou Valente.

Depois do deslize de segunda-feira, quando acusou os empresários, o presidente admite: foi um erro falar em congelamento. Mas lembra que adotou atitude mais firme por sugestão do próprio empresariado.

Ecov. Brasil

